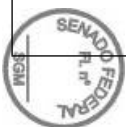


## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (nº 5.013, de 2013, na Câmara dos Deputados)

1

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (Autógrafo enviado à Câmara dos Deputados)	Substitutivo da Câmara dos Deputados – SCD (nº 5.013, de 2013, naquela Casa)
	Estabelece normas gerais de política urbana e de proteção à saúde e ao meio ambiente associadas à implantação e ao compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações.	Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009, e 10.257, de 10 de julho de 2001.
	O Congresso Nacional decreta:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
	<b>CAPÍTULO I</b>	<b>CAPÍTULO I</b>
	<b>DISPOSIÇÕES GERAIS</b>	<b>DISPOSIÇÕES GERAIS</b>
	<b>Art. 1º</b> Esta Lei estabelece normas gerais aplicáveis ao processo de licenciamento, instalação e compartilhamento de infraestrutura de redes de telecomunicações, com o propósito de tornar compatíveis com o desenvolvimento socioeconômico do País as ações de preservação do patrimônio histórico, cultural, turístico e paisagístico das cidades e de proteção à saúde e ao meio ambiente.	<b>Art. 1º</b> Esta Lei estabelece normas gerais aplicáveis ao processo de licenciamento, instalação e compartilhamento de infraestrutura de telecomunicações, com o propósito de torná-lo compatível com o desenvolvimento socioeconômico do País.
	§ 1º A gestão da infraestrutura de que trata o caput será realizada de forma a atender às metas sociais, econômicas e tecnológicas estabelecidas pelo Poder Público.	§ 1º A gestão da infraestrutura de que trata o caput será realizada de forma a atender às metas sociais, econômicas e tecnológicas estabelecidas pelo poder público.
	§ 2º Não estão sujeitos aos dispositivos previstos nesta Lei os radares militares e civis com propósito de defesa ou controle de tráfego aéreo, cujo funcionamento deverá obedecer a regulamentação específica.	§ 2º Não estão sujeitos aos dispositivos previstos nesta Lei: I - as infraestruturas de telecomunicações destinadas à prestação de serviços de interesse restrito em plataformas off-shore de exploração de petróleo; II - os radares militares e civis com propósito de defesa ou controle de tráfego aéreo, cujo funcionamento deverá obedecer à regulamentação específica;
		III – as infraestruturas de radionavegação aeronáutica e as de telecomunicações aeronáuticas, fixas e móveis,



## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (nº 5.013, de 2013, na Câmara dos Deputados)

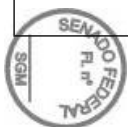
2

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (Autógrafo enviado à Câmara dos Deputados)	Substitutivo da Câmara dos Deputados – SCD (nº 5.013, de 2013, naquela Casa)
		destinadas a garantir a segurança das operações aéreas, cujo funcionamento deverá obedecer à regulamentação específica.
	§ 3º Aplicam-se de forma complementar as legislações estaduais e distrital, resguardado o disposto no art. 24, § 4º, da Constituição Federal.	§ 3º Aplicam-se de forma complementar as legislações estaduais e distrital, resguardado o disposto no § 4º do art. 24 da Constituição Federal.
	<b>Art. 2º</b> O disposto nesta Lei tem por objetivo promover e fomentar os investimentos em infraestrutura de redes de telecomunicações, visando, entre outros:	<b>Art. 2º</b> O disposto nesta Lei tem por objetivo promover e fomentar os investimentos em infraestrutura de redes de telecomunicações, visando, entre outros:
	I – a uniformização, simplificação e celeridade de procedimentos e critérios para a outorga de licenças pelos órgãos competentes;	I – a uniformização, simplificação e celeridade de procedimentos e critérios para a outorga de licenças pelos órgãos competentes;
	II – a minimização dos impactos urbanísticos, paisagísticos e ambientais;	II – a minimização dos impactos urbanísticos, paisagísticos e ambientais;
	III– a ampliação da capacidade instalada de redes de telecomunicações, tendo em vista a atualização tecnológica e a melhoria da cobertura e da qualidade dos serviços prestados;	III – a ampliação da capacidade instalada de redes de telecomunicações, tendo em vista a atualização tecnológica e a melhoria da cobertura e da qualidade dos serviços prestados;
	IV – a precaução contra os efeitos da emissão de radiação não ionizante, de acordo com os parâmetros definidos em lei; e	IV – a precaução contra os efeitos da emissão de radiação não ionizante, de acordo com os parâmetros definidos em lei; e
	V – o incentivo ao compartilhamento de infraestrutura de redes de telecomunicações.	V – ao incentivo ao compartilhamento de infraestrutura de redes de telecomunicações.
	<b>Art. 3º</b> Para os fins desta Lei, adotam-se as seguintes definições:	<b>Art. 3º</b> Para os fins desta Lei, adotam-se as seguintes definições:
	I – capacidade excedente: infraestrutura de suporte instalada e não utilizada, total ou parcialmente, disponível para compartilhamento;	I – capacidade excedente: infraestrutura de suporte instalada e não utilizada, total ou parcialmente, disponível para compartilhamento;
	II – compartilhamento de infraestrutura: cessão, a	II – compartilhamento de infraestrutura: cessão, a



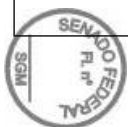
## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (nº 5.013, de 2013, na Câmara dos Deputados)

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (Autógrafo enviado à Câmara dos Deputados)	Substitutivo da Câmara dos Deputados – SCD (nº 5.013, de 2013, naquela Casa)
	título oneroso, de capacidade excedente da infraestrutura de suporte, para a prestação de serviços de telecomunicações por prestadoras de outros grupos econômicos;	título oneroso, de capacidade excedente da infraestrutura de suporte, para a prestação de serviços de telecomunicações por prestadoras de outros grupos econômicos;
	III – detentora: pessoa física ou jurídica que detém, administra ou controla, direta ou indiretamente, uma infraestrutura de suporte;	III – detentora: pessoa física ou jurídica que detém, administra ou controla, direta ou indiretamente, uma infraestrutura de suporte;
	IV – direito de passagem: prerrogativa de acessar, utilizar, atravessar, cruzar, transpor e percorrer imóvel de propriedade alheia, com o objetivo de construir, instalar, alterar ou reparar infraestrutura de suporte, bem como cabos, sistemas, equipamentos ou quaisquer outros recursos ou elementos de redes de telecomunicações;	IV – direito de passagem: prerrogativa de acessar, utilizar, atravessar, cruzar, transpor e percorrer imóvel de propriedade alheia, com o objetivo de construir, instalar, alterar ou reparar infraestrutura de suporte, bem como cabos, sistemas, equipamentos ou quaisquer outros recursos ou elementos de redes de telecomunicações;
	V – estação transmissora de radiocomunicação: conjunto de equipamentos ou aparelhos, dispositivos e demais meios necessários à realização de comunicação, seus acessórios e periféricos que emitem radiofrequências, possibilitando a prestação dos serviços de telecomunicações;	V – estação transmissora de radiocomunicação: conjunto de equipamentos ou aparelhos, dispositivos e demais meios necessários à realização de comunicação, seus acessórios e periféricos que emitem radiofrequências, possibilitando a prestação dos serviços de telecomunicações;
	VI – infraestrutura de suporte: meios físicos fixos utilizados para dar suporte a redes de telecomunicações, entre os quais postes, torres, mastros, armários, estruturas de superfície e estruturas suspensas;	VI – infraestrutura de suporte: meios físicos fixos utilizados para dar suporte a redes de telecomunicações, entre os quais postes, torres, mastros, armários, estruturas de superfície e estruturas suspensas;
	VII – limiar de acionamento: percentual de uso da capacidade da estação transmissora de radiocomunicação que determina a necessidade de expansão da capacidade da estação ou sistema da prestadora;	VII – limiar de acionamento: percentual de uso da capacidade da estação transmissora de radiocomunicação que determina a necessidade de expansão da capacidade da estação ou sistema da prestadora;
	VIII – prestadora: pessoa jurídica que detém	VIII – prestadora: pessoa jurídica que detém



## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (nº 5.013, de 2013, na Câmara dos Deputados)

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (Autógrafo enviado à Câmara dos Deputados)	Substitutivo da Câmara dos Deputados – SCD (nº 5.013, de 2013, naquela Casa)
	concessão, permissão ou autorização para a exploração de serviço de telecomunicações;	concessão, permissão ou autorização para a exploração de serviço de telecomunicações;
	IX – radiocomunicação: telecomunicação que utiliza frequências radioelétricas não confinadas a fios, cabos ou outros meios físicos; e	IX – radiocomunicação: telecomunicação que utiliza frequências radioelétricas não confinadas a fios, cabos ou outros meios físicos; e
	X – rede de telecomunicações: conjunto operacional contínuo de circuitos e equipamentos, incluindo funções de transmissão, comutação, multiplexação ou quaisquer outras indispensáveis à operação de serviços de telecomunicações.	X – rede de telecomunicações: conjunto operacional contínuo de circuitos e equipamentos, incluindo funções de transmissão, comutação, multiplexação ou quaisquer outras indispensáveis à operação de serviços de telecomunicações.
	<b>Art. 4º</b> A aplicação das disposições desta Lei rege-se pelos seguintes pressupostos:	<b>Art. 4º</b> A aplicação das disposições desta Lei rege-se pelos seguintes pressupostos:
	I – o sistema nacional de telecomunicações compõe-se de bens e serviços de utilidade pública e de relevante interesse social;	I – o sistema nacional de telecomunicações compõe-se de bens e serviços de utilidade geral e de relevante interesse social;
	II – a regulamentação e a fiscalização de aspectos técnicos das redes e dos serviços de telecomunicações é competência exclusiva da União, sendo vedado aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal impor condicionamentos que possam afetar a seleção de tecnologia, a topologia das redes e a qualidade dos serviços prestados;	II – a regulamentação e a fiscalização de aspectos técnicos das redes e dos serviços de telecomunicações é competência exclusiva da União, sendo vedado aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal impor condicionamentos que possam afetar a seleção de tecnologia e a qualidade dos serviços prestados;
	III – a oferta qualificada, em regime competitivo e regulado, de serviços de telecomunicações requer constante ampliação da cobertura e da capacidade das redes, o que implica a instalação ou substituição frequente de elementos de rede e da respectiva infraestrutura de suporte, cabendo ao Poder Público promover os investimentos necessários e tornar o processo burocrático ágil e de baixo custo para empresas e usuários;	III – a oferta qualificada, em regime competitivo e regulado, de serviços de telecomunicações requer constante ampliação da cobertura e da capacidade das redes, o que implica a instalação ou substituição frequente de elementos de rede e da respectiva infraestrutura de suporte, cabendo ao poder público promover os investimentos necessários e tornar o processo burocrático ágil e de baixo custo para empresas e usuários;



## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (nº 5.013, de 2013, na Câmara dos Deputados)

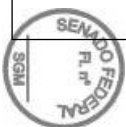
5

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (Autógrafo enviado à Câmara dos Deputados)	Substitutivo da Câmara dos Deputados – SCD (nº 5.013, de 2013, naquela Casa)
	IV – as prestadoras devem cumprir integralmente as disposições legais e regulamentares aplicáveis a sua atividade econômica, em especial as relativas à segurança dos usuários dos serviços, sendo passíveis de responsabilização civil e penal em caso de descumprimento;	IV – as prestadoras devem cumprir integralmente as disposições legais e regulamentares aplicáveis a sua atividade econômica, em especial as relativas à segurança dos usuários dos serviços, sendo passíveis de responsabilização civil e penal em caso de descumprimento;
	V – a otimização dos recursos proveniente do compartilhamento de infraestrutura deve ser revertida em investimentos, pelas prestadoras dos serviços, em sua ampliação e modernização, bem como no mapeamento e georreferenciamento das redes a fim de garantir ao Poder Público a devida informação acerca de sua localização, dimensão e capacidade disponível;	V – a otimização dos recursos proveniente do compartilhamento de infraestrutura deve ser revertida em investimentos pelas prestadoras dos serviços em sua ampliação e modernização, bem como no mapeamento e georreferenciamento das redes a fim de garantir ao Poder Público a devida informação acerca de sua localização, dimensão e capacidade disponível;
	VI – o uso racional dos recursos e a modernização tecnológica das redes e de sua infraestrutura de suporte, com vistas a reduzir o impacto ambiental, devem nortear permanentemente as decisões das prestadoras;	VI – o uso racional dos recursos e a modernização tecnológica das redes e de sua infraestrutura de suporte, com vistas a reduzir o impacto ambiental, devem nortear permanentemente as decisões das prestadoras;
	VII – aos entes federados compete promover a conciliação entre as normas ambientais, de ordenamento territorial e de telecomunicações;	VII – aos entes federados compete promover a conciliação entre as normas ambientais, de ordenamento territorial e de telecomunicações;
	VIII – a atuação dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal não deve comprometer as condições e os prazos impostos ou contratados pela União em relação a qualquer serviço de telecomunicações de interesse coletivo.	VIII – a atuação dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal não deve comprometer as condições e os prazos impostos ou contratados pela União em relação a qualquer serviço de telecomunicações de interesse coletivo.
	<b>CAPÍTULO II</b>	<b>CAPÍTULO II</b>
	<b>DA INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E DE REDES DE TELECOMUNICAÇÕES</b>	<b>DA INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E DE REDES DE TELECOMUNICAÇÕES</b>
	<b>Art. 5º</b> O licenciamento para a instalação de infraestrutura e de redes de telecomunicações em área	<b>Art. 5º</b> O licenciamento para a instalação de infraestrutura e de redes de telecomunicações em área



## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (nº 5.013, de 2013, na Câmara dos Deputados)

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (Autógrafo enviado à Câmara dos Deputados)	Substitutivo da Câmara dos Deputados – SCD (nº 5.013, de 2013, naquela Casa)
	urbana obedecerá ao disposto nesta Lei e será pautado pelos seguintes princípios:	urbana obedecerá ao disposto nesta Lei e será pautado pelos seguintes princípios:
	I – razoabilidade e proporcionalidade;	I – razoabilidade e proporcionalidade;
	II – eficiência e celeridade;	II – eficiência e celeridade;
	III – integração e complementaridade entre as atividades de instalação de infraestrutura de suporte e de urbanização;	III – integração e complementaridade entre as atividades de instalação de infraestrutura de suporte e de urbanização;
	IV – redução do impacto paisagístico da infraestrutura de telecomunicações, sempre que tecnicamente possível e economicamente viável.	IV – redução do impacto paisagístico da infraestrutura de telecomunicações, sempre que tecnicamente possível e economicamente viável.
	<b>Art. 6º</b> A instalação de infraestrutura de rede de telecomunicações em área urbana não poderá:	<b>Art. 6º</b> A instalação de infraestrutura de rede de telecomunicações em área urbana não poderá:
	I – obstruir a circulação de veículos, pedestres ou ciclistas;	I – obstruir a circulação de veículos, pedestres ou ciclistas;
	II – contrariar parâmetros urbanísticos e paisagísticos aprovados para a área;	II – contrariar parâmetros urbanísticos e paisagísticos aprovados para a área;
	III – prejudicar o uso de praças e parques;	III – prejudicar o uso de praças e parques;
	IV – prejudicar a visibilidade dos motoristas que circulem em via pública ou interferir na visibilidade da sinalização de trânsito;	IV – prejudicar a visibilidade dos motoristas que circulem em via pública ou interferir na visibilidade da sinalização de trânsito;
	V – danificar, impedir acesso ou inviabilizar a manutenção, o funcionamento e a instalação de infraestrutura de outros serviços públicos; e	V – danificar, impedir acesso ou inviabilizar a manutenção, o funcionamento e a instalação de infraestrutura de outros serviços públicos;
	VI – pôr em risco a segurança de terceiros e de edificações vizinhas;	VI – pôr em risco a segurança de terceiros e de edificações vizinhas;
		VII – desrespeitar as normas relativas à Zona de Proteção de Aeródromo, Zona de Proteção de Heliponto, Zona de Proteção de Auxílios à Navegação Aérea e Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea, editadas pelo Comando da



## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (nº 5.013, de 2013, na Câmara dos Deputados)

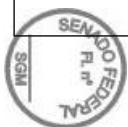
Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (Autógrafo enviado à Câmara dos Deputados)	Substitutivo da Câmara dos Deputados – SCD (nº 5.013, de 2013, naquela Casa)
		Aeronáutica.
	<b>Art. 7º</b> As licenças necessárias para a instalação de infraestrutura de suporte em área urbana serão expedidas mediante procedimento simplificado, sem prejuízo da manifestação dos <b>diversos</b> órgãos competentes no decorrer da tramitação do processo administrativo, <b>ressalvadas as licenças ambientais, que serão regidas pelo art. 9º.</b>	<b>Art. 7º</b> As licenças necessárias para a instalação de infraestrutura de suporte em área urbana serão expedidas mediante procedimento simplificado, sem prejuízo da manifestação dos órgãos competentes no decorrer da tramitação do processo administrativo.
	§ 1º O prazo para emissão de qualquer licença referida no caput <b>não poderá ser superior a</b> 60 (sessenta) dias, contados da data de apresentação do requerimento.	§ 1º O prazo para emissão de qualquer licença referida no caput <b>será de</b> 60 (sessenta) dias, contados da data de apresentação do requerimento.
	§ 2º O requerimento de que trata o § 1º será único e dirigido a uma única <b>unidade</b> administrativa em cada ente federado.	§ 2º O requerimento de que trata o § 1º será único e dirigido a uma única <b>entidade</b> administrativa em cada ente federado.
	§ 3º O prazo previsto no § 1º será contado de forma comum nos casos em que for exigida manifestação de mais de um órgão ou entidade de um <b>mesmo</b> ente federado.	§ 3º O prazo previsto no § 1º será contado de forma comum nos casos em que for exigida manifestação de mais de um órgão ou entidade de um ente federado.
	§ 4º O órgão ou entidade de que trata o § 2º poderá exigir, uma única vez, esclarecimentos, complementação de informações ou a realização de alterações no projeto original, respeitado o prazo previsto no § 1º.	§ 4º O órgão ou entidade de que trata o § 2º poderá exigir, uma única vez, esclarecimentos, complementação de informações ou a realização de alterações no projeto original, respeitado o prazo previsto no § 1º.
	§ 5º O prazo a que se refere o § 1º ficará suspenso entre a data da notificação da exigência a que se refere o § 4º e a data da apresentação dos esclarecimentos, das informações ou das alterações pela <b>prestadora.</b>	§ 5º O prazo a que se refere o § 1º ficará suspenso entre a data da notificação da exigência a que se refere o § 4º e a data da apresentação dos esclarecimentos, das informações ou das alterações pela <b>solicitante.</b>
	§ 6º Nas hipóteses de utilização de mecanismos de consulta ou audiência públicas, nos processos a que se refere o caput, o prazo disposto no § 1º deste artigo não será postergado por mais de 15 (quinze) dias.	§ 6º Nas hipóteses de utilização de mecanismos de consulta ou audiência públicas, nos processos a que se refere o caput, o prazo disposto no § 1º deste artigo não será postergado por mais de 15 (quinze) dias.



## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (nº 5.013, de 2013, na Câmara dos Deputados)

8

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (Autógrafo enviado à Câmara dos Deputados)	Substitutivo da Câmara dos Deputados – SCD (nº 5.013, de 2013, naquela Casa)
	§ 7º Decorrido o prazo mencionado no § 1º sem decisão do órgão competente, fica a prestadora autorizada a realizar a instalação, em conformidade com as condições mencionadas no requerimento apresentado e com as demais regras estipuladas em lei municipal.	
	§ 8º O prazo de vigência da licença referida no caput não será inferior a 10 (dez) anos e poderá ser renovado por iguais períodos.	§ 7º O prazo de vigência da licença referida no caput não será inferior a 10 (dez) anos e poderá ser renovado por iguais períodos.
		§ 8º Será dispensada de novo licenciamento a infraestrutura de suporte a estação transmissora de radiocomunicação por ocasião da alteração de características técnicas decorrente de processo de remanejamento, substituição ou modernização tecnológica, nos termos da regulamentação.
		§ 9º O procedimento de licenciamento ambiental, quando for necessário, ocorrerá de maneira integrada ao procedimento de licenciamento indicado neste artigo.
	§ 9º Está dispensada de novo licenciamento a infraestrutura de suporte a estação transmissora de radiocomunicação quando da alteração de características técnicas decorrente de processo de remanejamento, substituição ou modernização tecnológica, nos termos da regulamentação.	§ 10. Será dispensada de novo licenciamento a infraestrutura de suporte a estação transmissora de radiocomunicação com padrões e características técnicas equiparadas a anteriores já licenciadas, nos termos da regulamentação da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.
	Art. 8º Os órgãos competentes não poderão impor condições ou vedações que impeçam a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da legislação vigente.	Art. 8º Os órgãos competentes não poderão impor condições ou vedações que impeçam a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da legislação vigente.
	Parágrafo único. Eventuais condicionamentos impostos pelas autoridades competentes na instalação	Parágrafo único. Eventuais condicionamentos impostos pelas autoridades competentes na instalação



## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (nº 5.013, de 2013, na Câmara dos Deputados)

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (Autógrafo enviado à Câmara dos Deputados)	Substitutivo da Câmara dos Deputados – SCD (nº 5.013, de 2013, naquela Casa)
	de infraestrutura de suporte não poderão provocar condições não isonômicas de competição e de prestação de serviços de telecomunicações.	de infraestrutura de suporte não poderão provocar condições não isonômicas de competição e de prestação de serviços de telecomunicações.
	<b>Art. 9º</b> O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) disciplinará o procedimento simplificado de licenciamento ambiental para instalação de infraestrutura de suporte, bem como de qualquer outra infraestrutura de redes de telecomunicações.	<b>Art. 9º</b> O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA disciplinará o procedimento de licenciamento ambiental a que se refere o § 9º do art. 7º.
	<b>Art. 10.</b> A instalação, em área urbana, de infraestrutura de redes de telecomunicações de pequeno porte, conforme definido em regulamentação específica, prescindirá da emissão de licenças previstas no art. 7º.	<b>Art. 10.</b> A instalação, em área urbana, de infraestrutura de redes de telecomunicações de pequeno porte, conforme definido em regulamentação específica, prescindirá da emissão das licenças previstas no art. 7º.
	Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica ao licenciamento ambiental e às licenças emitidas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	
	<b>Art. 11.</b> Sem prejuízo de eventual direito de regresso, a responsabilidade pela conformidade técnica da infraestrutura de redes de telecomunicações será da prestadora de serviços de telecomunicações detentora daquela infraestrutura.	<b>Art. 11.</b> Sem prejuízo de eventual direito de regresso, a responsabilidade pela conformidade técnica da infraestrutura de redes de telecomunicações será da detentora daquela infraestrutura.
	<b>Art. 12.</b> Não será exigida contraprestação alguma em razão do direito de passagem em vias públicas, em faixas de domínio e em outros bens públicos de uso comum do povo, ainda que esses bens ou instalações sejam explorados por meio de concessão ou outra forma de delegação.	<b>Art. 12.</b> Não será exigida contraprestação em razão do direito de passagem em vias públicas, em faixas de domínio e em outros bens públicos de uso comum do povo, ainda que esses bens ou instalações sejam explorados por meio de concessão ou outra forma de delegação, excetuadas aquelas cujos contratos decorram de licitações anteriores à data de promulgação desta Lei.
	<b>Parágrafo único.</b> O disposto no caput não abrange os custos operacionais comuns ou gerados pela	<b>§ 1º</b> O disposto no caput não abrange os custos necessários à instalação, operação, manutenção e



## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (nº 5.013, de 2013, na Câmara dos Deputados)

10

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (Autógrafo enviado à Câmara dos Deputados)	Substitutivo da Câmara dos Deputados – SCD (nº 5.013, de 2013, naquela Casa)
	infraestrutura e equipamentos para redes de telecomunicações, bem como as verbas indenizatórias decorrentes de dano efetivo ou restrição de uso significativa.	remoção da infraestrutura e dos equipamentos, que deverão ser arcados pela entidade interessada, e não afeta obrigações indenizatórias decorrentes de eventual dano efetivo ou de restrição de uso significativo.
		§ 2º O direito de passagem será autorizado pelos órgãos reguladores competentes sob cuja competência estiver a área a ser ocupada ou atravessada.
	<b>Art. 13.</b> Os parâmetros técnicos para a construção e a instalação das redes de telecomunicações, incluindo sua infraestrutura de suporte, serão estabelecidos pelo órgão regulador competente.	<b>Art. 13.</b> Os parâmetros técnicos para a instalação, operação, manutenção e remoção das redes de telecomunicações, incluindo sua infraestrutura de suporte, serão estabelecidos pelos órgãos reguladores competentes, na forma do regulamento.
	<b>CAPÍTULO III</b>	<b>CAPÍTULO III</b>
	<b>DO COMPARTILHAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES</b>	<b>DO COMPARTILHAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES</b>
	<b>Art. 14.</b> É obrigatório o compartilhamento da capacidade excedente da infraestrutura de suporte, exceto quando houver justificado motivo técnico.	<b>Art. 14.</b> É obrigatório o compartilhamento da capacidade excedente da infraestrutura de suporte, exceto quando houver justificado motivo técnico.
	§ 1º A obrigação a que se refere o caput será observada de forma a não prejudicar o patrimônio urbanístico, histórico, cultural, turístico e paisagístico.	§ 1º A obrigação a que se refere o caput será observada de forma a não prejudicar o patrimônio urbanístico, histórico, cultural, turístico e paisagístico.
	§ 2º As condições sob as quais o compartilhamento poderá ser dispensado serão determinadas em regulamentação específica.	§ 2º As condições sob as quais o compartilhamento poderá ser dispensado serão determinadas em regulamentação específica.
	§ 3º A construção e a ocupação de infraestrutura de suporte devem ser planejadas e executadas com vistas a permitir seu compartilhamento pelo maior número possível de prestadoras.	§ 3º A construção e a ocupação de infraestrutura de suporte devem ser planejadas e executadas com vistas a permitir seu compartilhamento pelo maior número possível de prestadoras.
	§ 4º O compartilhamento de infraestrutura será realizado de forma não discriminatória e a preços e	§ 4º O compartilhamento de infraestrutura será realizado de forma isonômica, não discriminatória e a



## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (nº 5.013, de 2013, na Câmara dos Deputados)

11

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (Autógrafo enviado à Câmara dos Deputados)	Substitutivo da Câmara dos Deputados – SCD (nº 5.013, de 2013, naquela Casa)
	condições justos e razoáveis, tendo como referência o modelo de custos setorial.	preços e condições justos e razoáveis, tendo como referência o modelo de custos setorial.
	<b>Art. 15.</b> As detentoras devem tornar disponível, de forma transparente e não discriminatória, às possíveis solicitantes, documentos que descrevam as condições de compartilhamento, incluindo, entre outras, informações técnicas georreferenciadas da infraestrutura disponível e os preços e prazos aplicáveis.	<b>Art. 15.</b> Nos termos da regulamentação da Anatel, as detentoras devem tornar disponíveis, de forma transparente e não discriminatória, às possíveis solicitantes, documentos que descrevam as condições de compartilhamento, incluindo, entre outros, informações técnicas georreferenciadas da infraestrutura disponível e os preços e prazos aplicáveis.
	<b>Art. 16.</b> As obras de infraestrutura de interesse público deverão comportar a instalação de infraestrutura para redes de telecomunicações, conforme regulamentação específica.	<b>Art. 16.</b> As obras de infraestrutura de interesse público deverão comportar a instalação de infraestrutura para redes de telecomunicações, conforme regulamentação específica.
	<b>CAPÍTULO IV</b>	<b>CAPÍTULO IV</b>
	<b>DAS ESTAÇÕES TRANSMISSORAS DE RADIOCOMUNICAÇÃO</b>	<b>DAS ESTAÇÕES TRANSMISSORAS DE RADIOCOMUNICAÇÃO</b>
	<b>Art. 17.</b> A instalação das estações transmissoras de radiocomunicação deve ocorrer com o mínimo de impacto paisagístico, buscando a harmonização estética com a edificação e a integração dos equipamentos à paisagem urbana.	<b>Art. 17.</b> A instalação das estações transmissoras de radiocomunicação deve ocorrer com o mínimo de impacto paisagístico, buscando a harmonização estética com a edificação e a integração dos equipamentos à paisagem urbana.
	<b>Art. 18.</b> As estações transmissoras de radiocomunicação, incluindo terminais de usuário, deverão atender aos limites de exposição humana aos campos elétricos, magnéticos ou eletromagnéticos estabelecidos em lei e na regulamentação específica.	<b>Art. 18.</b> As estações transmissoras de radiocomunicação, incluindo terminais de usuário, deverão atender aos limites de exposição humana aos campos elétricos, magnéticos ou eletromagnéticos estabelecidos em lei e na regulamentação específica.
	§ 1º A fiscalização do atendimento aos limites legais mencionados no caput é de competência do órgão regulador federal de telecomunicações.	§ 1º A fiscalização do atendimento aos limites legais mencionados no caput é de competência do órgão regulador federal de telecomunicações.
	§ 2º Os órgãos estaduais, distritais ou municipais	§ 2º Os órgãos estaduais, distritais ou municipais



## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (nº 5.013, de 2013, na Câmara dos Deputados)

12

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (Autógrafo enviado à Câmara dos Deputados)	Substitutivo da Câmara dos Deputados – SCD (nº 5.013, de 2013, naquela Casa)
	deverão officiar ao órgão regulador federal de telecomunicações no caso de eventuais indícios de irregularidades quanto aos limites legais de exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos.	deverão officiar ao órgão regulador federal de telecomunicações no caso de eventuais indícios de irregularidades quanto aos limites legais de exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos.
	<b>Art. 19.</b> A avaliação das estações transmissoras de radiocomunicação deve ser efetuada por entidade competente, que elaborará e assinará relatório de conformidade para cada estação analisada, nos termos da regulamentação específica.	<b>Art. 19.</b> A avaliação das estações transmissoras de radiocomunicação deve ser efetuada por entidade competente, que elaborará e assinará relatório de conformidade para cada estação analisada, nos termos da regulamentação específica.
	§ 1º O relatório de conformidade deve ser publicado na internet e mantido, na estação, por seu responsável, para apresentação sempre que requisitado pelas autoridades competentes.	§ 1º O relatório de conformidade deve ser publicado na internet e apresentado por seu responsável, sempre que requisitado pelas autoridades competentes.
	§ 2º As estações que possuírem relatório de conformidade adequado às exigências legais e regulamentares não poderão ter sua instalação impedida por razões relativas à exposição humana a radiação não ionizante.	§ 2º As estações que possuírem relatório de conformidade adequado às exigências legais e regulamentares, devidamente licenciadas pela Anatel, não poderão ter sua instalação impedida por razões relativas à exposição humana a radiação não ionizante.
	<b>Art. 20.</b> Compete às prestadoras e aos Poderes Públicos federal, estadual, distrital e municipal promover a conscientização da sociedade quanto aos limites de exposição humana aos campos elétricos, magnéticos ou eletromagnéticos.	<b>Art. 20.</b> Compete às prestadoras e aos poderes públicos federal, estadual, distrital e municipal promover a conscientização da sociedade quanto aos limites de exposição humana aos campos elétricos, magnéticos ou eletromagnéticos.
	<b>CAPÍTULO V</b>	<b>CAPÍTULO V</b>
	<b>DA CAPACIDADE DAS ESTAÇÕES</b>	<b>DA CAPACIDADE DAS ESTAÇÕES</b>
	<b>Art. 21.</b> Os limiares de acionamento, que indicarão a necessidade de expansão da rede para prestação dos serviços de telecomunicações, com vistas a sua qualidade, serão estabelecidos em regulamentação específica.	<b>Art. 21.</b> Os limiares de acionamento, que indicarão a necessidade de expansão da rede para prestação dos serviços de telecomunicações, com vistas a sua qualidade, serão estabelecidos em regulamentação específica.



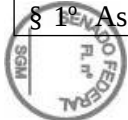
## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (nº 5.013, de 2013, na Câmara dos Deputados)

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (Autógrafo enviado à Câmara dos Deputados)	Substitutivo da Câmara dos Deputados – SCD (nº 5.013, de 2013, naquela Casa)
		§ 1º As prestadoras de que trata esta Lei deverão publicar e manter atualizados em sítio de internet próprio ou do órgão regulador federal de telecomunicações, para qualquer interessado, os percentuais de uso da capacidade das estações, conforme regulamentação da Anatel.
	<b>Parágrafo único.</b> A regulamentação observará, entre outros, critérios de dinamicidade do uso das estações, mobilidade e variação de acordo com dia, horário e realização de eventos específicos.	<b>§ 2º</b> A regulamentação observará, entre outros, critérios de dinamicidade do uso das estações, mobilidade e variação de acordo com dia, horário e realização de eventos específicos.
	<b>Art. 22.</b> As prestadoras deverão cumprir os limites estabelecidos no art. 21, sob pena do sancionamento previsto no art. 25.	<b>Art. 22.</b> As prestadoras deverão cumprir os limites estabelecidos no art. 21, sob pena do sancionamento previsto no art. 25.
	<b>Art. 23.</b> O cumprimento dos índices a serem estabelecidos conforme o disposto no art. 21 deverá compor a avaliação de qualidade da prestação do serviço, de competência do órgão regulador federal de telecomunicações.	<b>Art. 23.</b> O cumprimento dos índices a serem estabelecidos conforme o disposto no art. 21 deverá compor a avaliação de qualidade da prestação do serviço, de competência do órgão regulador federal de telecomunicações.
	<b>CAPÍTULO VI</b>	<b>CAPÍTULO VI</b>
	<b>DISPOSIÇÕES FINAIS</b>	<b>DISPOSIÇÕES FINAIS</b>
	<b>Art. 24.</b> Em Municípios com população superior a 300.000 (trezentos mil) habitantes, o Poder Público municipal <b>deverá</b> instituir comissão de natureza consultiva, que contará com a participação de representantes da sociedade civil e de prestadoras de serviços de telecomunicações, cuja finalidade é contribuir para a implementação do disposto nesta Lei no âmbito local.	<b>Art. 24.</b> Em Municípios com população superior a 300.000 (trezentos mil) habitantes, o <b>poder público</b> municipal <b>poderá</b> instituir comissão de natureza consultiva, que contará com a participação de representantes da sociedade civil e de prestadoras de serviços de telecomunicações, cuja finalidade é contribuir para a implementação do disposto nesta Lei no âmbito local.
	<b>Art. 25.</b> O descumprimento das obrigações estabelecidas por esta Lei sujeita as prestadoras dos serviços de telecomunicações à aplicação das sanções	<b>Art. 25.</b> O descumprimento das obrigações estabelecidas por esta Lei sujeita as prestadoras dos serviços de telecomunicações à aplicação das sanções



## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (nº 5.013, de 2013, na Câmara dos Deputados)

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (Autógrafo enviado à Câmara dos Deputados)	Substitutivo da Câmara dos Deputados – SCD (nº 5.013, de 2013, naquela Casa)
	estabelecidas no art. 173 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.	estabelecidas no art. 173 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.
	<b>Art. 26.</b> As prestadoras de serviços de telecomunicações deverão disponibilizar informações técnicas e georreferenciadas acerca da sua infraestrutura, de acordo com os parâmetros estabelecidos em regulamentação específica.	<b>Art. 26.</b> As prestadoras de serviços de telecomunicações deverão disponibilizar informações técnicas e georreferenciadas acerca da sua infraestrutura, de acordo com os parâmetros estabelecidos em regulamentação específica.
	Parágrafo único. A regulamentação preverá, entre outros aspectos, o procedimento para acesso às informações pelos entes federados interessados e as condições em que os dados serão disponibilizados a terceiros.	Parágrafo único. A regulamentação preverá, entre outros aspectos, o procedimento para acesso às informações pelos entes federados interessados e as condições em que os dados serão disponibilizados a terceiros.
<b>Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997</b>	<b>Art. 27.</b> O art. 74 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:	<b>Art. 27.</b> O art. 74 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:
<b>Art. 74.</b> A concessão, permissão ou autorização de serviço de telecomunicações não isenta a prestadora do atendimento às normas de engenharia e às leis municipais, estaduais ou do Distrito Federal relativas à construção civil e à instalação de cabos e equipamentos em logradouros públicos.	<b>“Art. 74.</b> A concessão, permissão ou autorização de serviço de telecomunicações não isenta a prestadora do atendimento às normas de engenharia e às leis municipais, estaduais ou do Distrito Federal relativas à construção civil.” (NR)	<b>“Art. 74.</b> A concessão, permissão ou autorização de serviço de telecomunicações não isenta a prestadora do atendimento às normas de engenharia e às leis municipais, estaduais ou do Distrito Federal relativas à construção civil.”(NR)
<b>Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009</b>	<b>Art. 28.</b> Os arts. 6º e 14 da Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:	<b>Art. 28.</b> Os arts. 6º, 10 e 14 da Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:
<b>Art. 6º</b> Os condicionamentos estabelecidos pelo poder público para a instalação e o funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação, de terminais de usuário e de sistemas de energia elétrica deverão conciliar-se com as políticas públicas aplicáveis aos serviços de telecomunicações, de radiodifusão e de energia elétrica.	<b>“Art. 6º</b> .....	<b>“Art. 6º</b> .....
<b>§ 1º</b> As estações transmissoras de radiocomunicação,	.....	.....



## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (nº 5.013, de 2013, na Câmara dos Deputados)

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (Autógrafo enviado à Câmara dos Deputados)	Substitutivo da Câmara dos Deputados – SCD (nº 5.013, de 2013, naquela Casa)
os terminais de usuários e as infraestruturas de suporte devem observar os imperativos de uso eficiente do espectro de radiofrequências, bem público da União e de desenvolvimento das redes de telecomunicações.		
§ 2º É permitida a instalação e o funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação e de infraestruturas de suporte em bens privados ou públicos, com a devida autorização do proprietário do imóvel.	§ 2º É permitida a instalação e o funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação e de infraestruturas de suporte em bens privados ou públicos, com a devida autorização do proprietário ou, quando não for possível, do possuidor do imóvel.” (NR)	§ 2º São permitidos a instalação e o funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação e de infraestruturas de suporte em bens privados ou públicos, com a devida autorização do proprietário ou, quando não houver registro, do possuidor do imóvel.”(NR)
<b>Art. 10.</b> É obrigatório o compartilhamento de torres pelas prestadoras de serviços de telecomunicações que utilizam estações transmissoras de radiocomunicação, conforme definição constante do <a href="#">art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997</a> , nas situações em que o afastamento entre elas for menor do que 500 (quinhentos) metros, exceto quando houver justificado motivo técnico.		“ <b>Art. 10.</b> .....
§ 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica à utilização de antenas fixadas sobre estruturas prediais, tampouco as harmonizadas à paisagem. .....		§ 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica à utilização de antenas fixadas sobre estruturas prediais, das harmonizadas à paisagem e tampouco daquelas instaladas até 5 de maio de 2009. .....”(NR)
<b>Art. 14.</b> Os fornecedores de terminais de usuário comercializados no País deverão informar, com destaque, no manual de operação ou na embalagem, que o produto atende aos limites da taxa de absorção específica estabelecidos por esta Lei.	“ <b>Art. 14.</b> .....	“ <b>Art. 14.</b> .....
..... § 2º Os manuais de operação e as embalagens deverão conter ainda informações sobre o uso adequado do	.....	.....



## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (nº 5.013, de 2013, na Câmara dos Deputados)

16

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (Autógrafo enviado à Câmara dos Deputados)	Substitutivo da Câmara dos Deputados – SCD (nº 5.013, de 2013, naquela Casa)
terminal e alerta para outros cuidados que devem ser tomados pelos usuários, conforme regulamentação expedida pelo órgão regulador federal de telecomunicações.		
	§ 3º Para a comercialização de terminais de usuário, não serão exigidas por Estados, Distrito Federal e Municípios condições distintas daquelas previstas na regulamentação do órgão regulador federal de telecomunicações, inclusive quanto ao conteúdo e à forma de disponibilização de informações ao usuário.” (NR)	§ 3º Para a comercialização de terminais de usuário, não serão exigidas por Estados, Distrito Federal e Municípios condições distintas daquelas previstas na regulamentação do órgão regulador federal de telecomunicações, na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e nas demais normas federais aplicáveis às relações de consumo, inclusive quanto ao conteúdo e à forma de disponibilização de informações ao usuário.”(NR)
		<b>Art. 29.</b> A construção de edifício público ou privado destinado ao uso coletivo deverá ser executada de modo a dispor de dutos, condutos, caixas de passagem e outras infraestruturas que permitam a passagem de cabos e fibras óticas para a instalação de redes de telecomunicações, nos termos das normas técnicas de edificação.
<b>Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001</b>		<b>Art. 30.</b> Os arts. 2º e 3º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passam a vigorar com as seguintes alterações:
<b>Art. 2º</b> A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:		“ <b>Art. 2º</b> .....
..... XVII - estímulo à utilização, nos parcelamentos do solo e nas edificações urbanas, de sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes		.....



## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (nº 5.013, de 2013, na Câmara dos Deputados)

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (Autógrafo enviado à Câmara dos Deputados)	Substitutivo da Câmara dos Deputados – SCD (nº 5.013, de 2013, naquela Casa)
tecnológicos que objetivem a redução de impactos ambientais e a economia de recursos naturais.		
		XVIII - o tratamento prioritário às obras e edificações de infraestrutura de energia, telecomunicações, abastecimento de água e saneamento.”(NR)
<b>Art. 3º</b> Compete à União, entre outras atribuições de interesse da política urbana: .....		“ <b>Art. 3º</b> ..... .....
IV – instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos; .....		IV – instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico, transportes urbanos e infraestrutura de energia e de telecomunicações. .....”(NR)
	<b>Art. 29.</b> Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	<b>Art. 31.</b> Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

